

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 192, DE 2007

“Acrescenta o inciso XVI ao artigo 93 da Constituição Federal de 1988.”

Autor: Deputado FRANCISCO PRACIANO

Relator: Deputado EDMAR MOREIRA

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe, que tem como primeiro subscritor o Deputado FRANCISCO PRACIANO, acrescenta o inciso XVI ao art. 93 da Constituição Federal, determinando que “os juizes e tribunais encaminharão semestralmente ao Conselho Nacional de Justiça relatórios sobre o andamento de processos que presidem, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública”

Na Justificação apresentada, o autor observa que “o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de acordo com o § 4º do art. 103-B, da Constituição Federal, tem competência para o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e, de igual forma, do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, zelar pela observância do art. 37 de nossa Carta Magna”. Partindo desse pressuposto, propõe o autor a presente norma constitucional, estabelecendo a obrigatoriedade, para juizes e Tribunais, de comunicarem ao Conselho Nacional de Justiça, semestralmente, o andamento dos processos que presidem, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 202, *caput*, do Regimento Interno, incumbe a esta Comissão apreciar a proposta quanto à sua admissibilidade.

O deputado Francisco Praciano, ao apresentar esta proposição, contou com o apoio de mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, conforme atestado pela Secretaria-Geral da Mesa. Satisfeitas estão, dessa forma, as exigências dos artigos 60, I, da Constituição Federal e 201, I, do Regimento Interno.

O art. 93 da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, determina que Lei Complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal deverá dispor sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios – em número de quinze – que, então, enumera em seus incisos.

Os princípios em questão, tido por muitos juristas como não mais do que diretrizes que devem nortear o esperado Estatuto, são os relativos, respectivamente: ao ingresso na carreira de magistrado (inc. I); à promoção de entrada para entrada (inc. II); ao acesso a tribunais (inc. III); à preparação e aperfeiçoamento dos magistrados (inc. IV); ao subsídio (inc. V); à aposentadoria (inc. VI); ao local de residência (inc. VII); à remoção (inc. VIII e VIII-A); à publicidade dos julgamentos e à fundamentação das sentenças e acórdãos (inc. IX); à motivação das decisões administrativas (inc. X); à constituição, nos tribunais, de órgão para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas (inc. XI); à vedação de férias coletivas (inc. XII) ; ao número de juizes em cada unidade jurisdicional (inc. XIII); à delegação a servidores para a prática de atos de administração (inc. XIV); e à distribuição dos processos nos distintos graus de jurisdição (inc. XV).

A Proposta de Emenda ora apreciada apresenta mais um postulado ao qual deverá estar vinculado o Estatuto da Magistratura, qual seja: o encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça, a cada seis meses, pelos juizes e tribunais, de relatórios sobre o andamento de processos por estes últimos presididos, relativos a atos de improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública.

Há de se observar que a Proposição sob análise não atenta contra a forma federativa de Estado, ou contra o voto direto, universal e periódico, ou, ainda, contra a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais. Respeitam a presente proposição, dessa forma, as cláusulas pétreas, expressas no art. 60, § 4º da Constituição Federal.

Finalmente, apontamos que não estão em vigor quaisquer das limitações circunstanciais à tramitação de propostas de emenda à Constituição, expressas no § 1º do art. 60 da Constituição Federal, a saber: a intervenção federal, o estado de defesa ou o estado de sítio.

Por não se vislumbrar qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material na proposta, e por atender a mesma os pressupostos constitucionais e regimentais para sua apresentação e apreciação, **manifestamo-nos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n.º 192, de 2007**, observando, ainda, que a mesma, se aprovada, será mais um firme instrumento de combate à corrupção no setor público, contribuindo para maior transparência e celeridade na condução dos Processos instaurados para a apuração de atos que atentam contra a Administração Pública.

Sala da Comissão, em de maio de 2008.

Deputado Edmar Moreira
Relator